



A vida renasce solidária contra o racismo e o coronavírus

Editorial

Afirmar a liberdade religiosa como uma necessidade humana, um direito, é da própria existência do Candomblé, que só pode se inventar e se recriar no Brasil por que assumiu o aprendizado com a diferença: com o convívio com os indígenas, entre diferentes origens africanas e caboclas. Sabe-se da relutância da sociedade brasileira, no dia a dia, para admitir que dos povos negros venha algo de bom, e esse racismo alimenta a intolerância contra religiosidades que vieram dos negros. Infelizmente ainda são muitos casos e KOINONIA continua a lutar contra esse tipo de doença no corpo da sociedade – assim recomeçamos o ano de 2020, a lembrar sempre o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, 21 de janeiro.

O racismo ambiental tem a origem nesse comportamento de negação do outro, que é bem notório no caso contra os povos negros e as religiosidades que criaram. Mas o que é o

racismo ambiental? Em curtas palavras é fato de numa sociedade (grupos, famílias e pessoas) e suas instituições (o Governo, por exemplo) rejeitarem tão intensamente outro grupo social que não permitem a sua vida em seu meio, de forma saudável e plena de bem estar. Para alguns no Brasil não existe isso, mas só para falar das cidades, basta olhar para a expulsão dos pobres, negros e negro-mestiços para os lugares que não têm: ruas cuidadas, lixo recolhido, escolas boas, atendimento à saúde, amparo quando as chuvas ameaçam deslizamentos, isso sem falar da falta de áreas verdes, de áreas de lazer, de vida sem violências e outras tantas, que são necessidades humanas de toda gente, mas que não são permitidas para alguns, ou por que não conseguem se impor economicamente, ou por que não são reconhecidos para conseguirem se impor politicamente – isso ajuda a pensar o que é racismo

ambiental e a ver que ele existe no Brasil e deve ser combatido.

A soma do racismo ambiental e das condições econômicas da população negra com a pandemia da Covid-19 tem gerado morte e medo. Mas, da ave que renasce a cada vez que morre, da fênix de tantos anos de resistência do povo preto não tem nascido o esperado caos. Tem nascido solidariedade e mais solidariedade com os “parentes” (querendo dizer todos da grande família de origem africana), maioria nas periferias, sempre ameaçadas. Podemos ser testemunhas solidárias do esforço de Terreiros ajudando as pessoas, suas filhas iniciadas e muito mais: lutando por ajuda para toda gente do bairro onde estão. Outra iniciativa só esperada por quem vê autonomia e autodeterminação nos quilombos, foi a oferta da produção agroecológica de Comunidades do Baixo Sul da Bahia para “parentes”



na cidade. A solidariedade de KOINONIA a esses testemunhos, essas iniciativas, foi e está sendo no sentido de potencializá-las: buscando mais doações de recursos e assessorando, tanto com informações de prevenção pessoais e comunitárias, como para a canalização direta de projetos entre fontes doadoras e as Comunidades.

Sabemos da dureza em nossos corações do que é perder pessoas amadas e seguir lutando. Infeliz sina dos povos negros brasileiros, nesse País que não virou a página da escravidão, seus valores e o quanto de estrutural se tornou o racismo. Mas, repetimos, é com os corações já agi-

gantados pela resistência histórica que os povos negros têm que ser ouvidos, temos muito que aprender nessa e em tantas outras horas.

Sinal de morte foi um assassinato em terras quilombolas, na Comunidade do Barroso, Camamu, Baixo Sul da Bahia. Mais um capítulo da tensão entre interesses privados por propriedade de terra e a generosidade negra, infelizmente tombou dessa vez o querido Senhor Antônio Correia dos Santos, que no leito de morte chamou os “parentes” e convocou para que sua morte não fosse em vão. Estamos juntas seu Antônio, ajudando a pressionar a apuração e condenação contra esse crime, e

pela denúncia das responsabilidades dos órgãos de Estado que, mais do que avisados, se omitiram, e de forma culposa têm mais uma morte em suas mãos.

Enfrentar o racismo (todo, e ambiental), do luto dos mortos criar luta, e das cinzas da pandemia produzir e reproduzir uma sociedade solidária é um desafio de aprendizados da generosidade dos povos negros para todas brasileiras e brasileiros, agora e para o futuro. KOINONIA se sente parte e ilumina um pouco disso, nos retratos dessa realidade que este Fala Egbé quer compartilhar.



Eixo temático Direitos das Comunidades Negras Tradicionais

#Somos KOINONIA

Desenvolve projetos e atividades de fortalecimento político dos terreiros de candomblé e comunidades negras rurais, consistindo em formações a respeito de políticas e leis que lhes concernem; estímulo de intercâmbios de conhecimentos e experiências; produção conjunta de informação e análises; ações de inclusão produtiva; e promoção dos direitos das juventudes. Estas e outras iniciativas de KOINONIA são todas orientadas pelo eixo transversal “Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero”, que visa promover necessária e simultaneamente o anti-racismo, o ecumenismo, a liberdade religiosa e a igualdade de gênero.



Produção de Informação/ Documentação

Fala Egbé
Cartilhas “Direitos”, “Violações” e “Elaboração de Projetos” para Comunidades Negras Tradicionais (CNT)
Dossiê Intolerância Religiosa
Site Observatório Quilombola
Produção audiovisual sobre direitos das Comunidades Negras Tradicionais

Formação e empoderamento

Formação em direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais para as comunidades, em especial jovens e mulheres
Seminários e Intercâmbios
Projetos socioculturais para ações locais
Assessoria jurídica para causas coletivas
Formação e legalização de associações

Incidência Pública

Monitoramentos de processos jurídicos e administrativos envolvendo CNT
Monitoramento das políticas públicas específicas
Diálogo nas esferas governamentais, visando a garantia de direitos das CNT
Produção de artigos, campanhas e ações de solidariedade em prol das CNT

Notícias

20 anos de morte de Mãe Gilda é lembrado com ações de combate à intolerância religiosa

Sheyla Klicia Silva

Em 27 de dezembro de 2007 foi instituída a Lei 11.635/2007, que designa a data de 21 de janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, frequentemente sentida também em forma de racismo, o racismo religioso.

Começamos 2020 lembrando a lei e homenageando a memória de Mãe Gilda, mulher de luta, que após uma série de violências e difamações contra ela e seus filhos de santo sofreu um infarto, tornando-se mais uma vítima da violência religiosa.

É importante salientar que são os adeptos das religiões de matriz africana os que mais sofrem com a intolerância, e a morte de Mãe Gilda é um exemplo para essa reflexão.

Viver em um Estado laico e poder fazer essa afirmação seria um alívio para muitos de nós, no entanto é a certeza de que somos uma população descendente das origens africanas e de ancestralidade presente, o que nos afasta da tranquilidade e nos coloca em reclusão, nos impedindo de exercer e demonstrar a nossa própria expressão de fé.

Precisamos ressaltar as diferenças entre a intolerância e o racismo religioso, pois a intolerância religiosa engloba diversas religiões, em uma categoria ecumênica feita para justificar a própria intolerância, porém ela não dá conta do racismo, que é perverso independente das suas categorias, sendo religioso, institucional, ambiental e etc..

O racismo religioso nos adocece, violenta, extermina e segrega, pois fomenta o ódio contra uma religião que não é hegemônica, negando a sua existência.

Iniciamos em Salvador- Ba a Semana da Afirmação de Liberdade Religiosa, que homenageia os 20

Um giro por nossas ações pela superação da intolerância e do racismo religioso durante a Semana da De Afirmação da Liberdade Religiosa 2020!

anos de Memória Ancestral de Mãe Gilda.

Com mobilizações pelas redes sociais utilizamos a #MÃEGILDAVIVE, para sensibilizar as pessoas adeptas e não adeptas das religiões de matriz africana, com debates e bate papo, promovendo a desconstrução da estrutura da intolerância e do racismo religioso e fomentando o respeito entre as religiões no momento de afetividade e da celebração à fé.



19
Jan

A Igreja Batista de Nazareth, localizada em Salvador, capital da Bahia, sediou o Culto de Abertura da Semana de Promoção da Liberdade Religiosa. O evento contou com a participação do Koinonia e de diversos líderes religiosos.

Representando o Koinonia o Pr. Joel Zeff deu as boas-vindas e teve uma fala de grande importância para a comunidade, na qual enfatizou a luta para combater a intolerância e o racismo religioso, ressaltando a tradição de fé, que prega o respeito entre as pessoas e a liberdade de crença.



Celebrar a ancestralidade e debater o racismo religioso

21
Jan

foi o mote para a realização do ato inter-religioso "20 anos de Memória Ancestral", ocorrido no dia 21 de janeiro, em frente ao Busto de Mãe Gilda de Ogum, na Lagoa do Abaeté, em Itapoã, na capital baiana.

A cerimônia contou com a

presença da liderança do Ilê Axé Abassá de Ogum, da Iyalorixá Jaciara Ribeiro dentre outros líderes religiosos, como babás, pastores e padres.

Participaram também a equipe de Koinonia e representantes da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), que reverenciaram a ancestralidade e pontuaram sobre a importância de combater a intolerância religiosa, observando o crescimento dos discursos fundamentalistas que têm afetado a sociedade.

Posteriormente ao ato houve um seminário no terreiro, que teve a partici-



pação de lideranças indígenas, religiosas e pesquisadores. Foi debatida a construção plural, coletiva e diversa da sociedade, assim como a importância da participação do povo de santo no pleito eleitoral.

Além da celebração em Salvador, Koinonia também esteve a frente de outras celebrações em defesa da liberdade religiosa e memória ancestral de Mãe Gilda no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No Rio, Koinonia participou de Seminário sobre liberdade religiosa e direitos humanos e também de uma vigília inter-religiosa na Cinelândia.

Em São Paulo, um ato na Igreja Batista Betesda, celebrou e rememorou Mãe Gilda de Ogum e chamou à responsabilidade das igrejas cristãs no enfrentamento da intolerância religiosa. O ato reuniu pessoas, lideranças religiosas e movimentos religiosos.



Celebração no Rio de Janeiro



Celebração em São Paulo

23
Jan

No dia 23 de janeiro aconteceu na Igreja Batista de Nazareth, no bairro de Nazaré, em Salvador- BA, uma roda de conversa para falar sobre os saberes ancestrais do povo negro. O bate-papo teve a participação de

Lis Santos, do Vodunsi Hunkpame Savalu Vondun Zo, e evidenciou um momento significativo de união inter-religiosa, em que o terreiro conseguiu dialogar pacificamente dentro da igreja evangélica progressista, compartilhando sua fé e ancestralidade.

Foi também no dia 23 de janeiro que aconteceu um ato inter-religioso e um debate para discutir os desafios do respeito ao próximo no enfrentamento da intolerância religiosa. O evento foi realizado na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Salvador- BA.



Dia 29 de janeiro foi realizada no Espaço Vovó Conceição, localizado em Salvador, uma roda de conversa com a Omo Orixá Oyá, Msa. Lindinalva Barbosa, do Terreiro do Cobre, e com a Profa. Dra. Elisete Silva, da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana).

Durante a conversa foram abordados temas como o campo religioso, a história das religiões, do protestantismo, da religião de matriz africana no Brasil e a herança cultural da etnicidade e do racismo religioso.

29
Jan

23
Jan

No dia 18 de maio foi realizada uma ação de solidariedade com as comunidades ne-

gras tradicionais, coletivos e povos de santo. A atividade teve o intuito de contribuir com a prevenção do avanço do novo coronavírus, distribuindo máscaras, kits de limpeza e higiene pessoal.

Buscando mitigar o impacto que a pandemia teve na saúde, economia, habitação e segurança alimentar da população, também foram distribuídas dezenas de cestas básicas.



#Covid19
nos
quilombos



Comunidades do Baixo Sul da Bahia se unem para combater o avanço e as consequências do novo coronavírus

Camila Chagas e Natália Blanco

No início de 2020 as comunidades quilombolas do Baixo Sul da Bahia foram surpreendidas pela chegada do novo coronavírus, que teve seu primeiro caso confirmado no País em 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo.

Para combater o avanço da pandemia, que até o dia 16 de junho, segundo Consórcio dos Veículos de Imprensa, já havia provocado 45.456 mortes e registrado um total de 928.834 casos de infecção, as mulheres do Baixo Sul da Bahia adotaram diversas iniciativas para alertar as comunidades sobre as formas de contágio e maneiras para prevenir a doença.

Duas das principais atitudes tomadas pelas mulheres quilombolas foi o desenvolvimento de materiais informativos e a construção de um grupo no whatsapp, pelo qual elas repassam informações comprovadas, evitando a proliferação de fake News e, consequentemente, a desinformação.

As comunidades também se organizaram para manter o abastecimento de alimentos de famílias em situação de vulnerabilidade, doando cestas básicas com itens orgânicos como frutas, legumes e hortaliças, produzidos através da agricultura familiar.

Com o apoio de KOINONIA e parceiros, doze comunidades receberam materiais para a confecção de máscaras de tecido, distribuídas gratuitamente, dentre elas: Agemiromendes; Jetimana; Boa Vista; Ronco; Abórbora; Beija-flor; Zumbi; Dandara; Barroso; Lameiro; Pedra Rasa e Akotirene.

Todo o processo de organização e entrega das doações foi realizado pelas próprias mulheres e suas famílias, que fizeram a distribuição em áreas periféricas, a exemplo das ocupações Nova Conquista e Paulo Jackson, o bairro Mutirão e outros municípios como Uruçuca, Ilhéus, Itacaré, Marau e Ibirapitanga. Fo-

ram distribuídas cerca de 380 cestas, que também beneficiaram organizações como a Comissão Pastoral da Terra e Pastoral da Criança.

A ação foi viabilizada com recurso vindo do Instituto Arapyaué e da Rede de Agroecologia Povos da Mata, chegando até aos assentamentos para a produção dos alimentos. A Rede, que é autorizada pelo governo federal a emitir certificação orgânica de forma participativa, é o primeiro Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) da Bahia.

Terreiros em ação

Pela primeira vez neste tipo de ação, a articulação contou com a doação de cestas de alimentos, kit de máscaras e informativos sobre o coronavírus vindas de Comunidades de Terreiros, fato que foi muito louvado por Ana Celsa Sousa, técnica do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP),



liderança comunitária e integrante da articulação de mulheres.

Segundo Ana, contar com os companheiros das comunidades de terreiros foi uma grande experiência, pois “normalmente são comunidades que não recebem visibilidade por conta da intolerância”, explica ela, que também pontua o impacto que o isolamento social tem provocado na situação econômica das mulheres de Camamu, o que se torna uma preocupação para a Articulação de Mulheres do Baixo Sul da Bahia.

“Nosso município gira em torno das produções agrícolas e da atividade econômica da nossa feira,

onde todo mundo leva seus produtos para ser comercializado. Agora que não podemos ir até a feira e nem a outros comércios da cidade, então fica complicado”, finaliza.

Combate ao coronavírus

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), os sintomas mais comuns da COVID-19 são: febre, tosse seca e cansaço. Nos casos mais graves, o paciente pode ter dificuldade de respirar, sentir dor ou pressão no peito e até mesmo perder a fala e os movimentos.

Pessoas idosas, diabéticas, asmáticas, obesas, fumantes ou que te-

nam problemas cardíacos são mais vulneráveis à doença. O fato de ser saudável não impede a contaminação e, por isso, pessoas saudáveis também podem ficar doentes e contaminar as outras que estejam em seu convívio social, pois é possível ter a doença e ficar assintomático. .

O coronavírus é muito contagioso, portanto, é preciso ter mais cuidado e atenção com a higiene e praticar medidas como: lavar as mãos com sabão, usar álcool em gel 70%, água sanitária, evitar contato físico e usar máscaras. Estas medidas de prevenção ajudam a combater a propagação do vírus.

Reflexão: Territórios Negros

Ana Gualberto



Em 1994 quando KOINONIA nasce enquanto organização da sociedade civil tem início as investigações junto às comunidades de terreiro de candomblé em Salvador, para, entre outros temas, compreender a importância de seu território, seus processos indenitários e sua relação com a sociedade. No mesmo sentido, em 1999 se inicia no Rio de Janeiro a investigação com as comunidades negras rurais.

Os frutos destes processos geraram relatórios de identificação, com uma etnografia ampla. Em algumas comunidades do Rio de Janeiro deu-se início ao processo de identificação quanto remanescente de quilombo, para alguns terreiros foi base para processos judiciais, debate sobre tombamento e registro. Em todas as comunidades o debate com o poder público torna-se elemento constante, colocando as comunidades no centro dos debates.

Para pensarmos institucionalmente nestes grupos sociais nos referíamos a dois grupos como “territórios negros”. Assim, tento trazer a vocês, neste curto texto, elementos que conectam estes grupos e nos possibilitam a juntar neste veículo de comunicação materiais sobre quilombos e terreiros, reafirmando que ambos são territórios negros, que continuam a lutar para manutenção de seus territórios e afirmação como sujeitos históricos e de direito.

Os terreiros e quilombos são territórios históricos, sociais, políticos e

culturais negros. Suas organizações internas têm a ver com sua herança organizativa e comunitária ancestral.

Em Gualberto¹ reafirmo que:

“As comunidades remanescentes de quilombo são categorizadas como grupos étnicos, segundo a legislação vigente no Brasil. Segundo Barth, grupos étnicos são “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão” (BARTH, 1976, p. 17). São laços relativos à territorialidade, como o predomínio do uso comum e utilização de áreas de acordo com a sazonalidade das atividades produtivas e outros usos, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (ABA, 1994)...” (Pág 28)

Estes conceitos se aplicam também para o povo de santo, que segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto 6040/2007), são comunidades tradicionais assim como os quilombolas, indígenas, vazanteiros, pescadores, entre outros grupos étnicos.

Um terreiro é um centro religioso tradicional que agrega um grupo eclesial estruturado segundo as normas de um rito afro-brasileiro. A palavra candomblé, termo de origem quimbundo por cujo emprego se identifica, hoje, uma modalidade de culto afro-brasileiro, portanto, criado no Brasil, inspirado no que foi

vivenciado no continente africano. Utilizamos também a palavra roça para identificar o espaço físico dos terreiros de candomblé. Assim como a palavra barracão. Essa expressão traduz a memória da antiga natureza urbana do espaço. A palavra axé, que tem vários significados, também frequentemente usada para assinalar tanto um templo, espaço físico, dessa natureza como o tipo de grupo eclesial que nele se dedica ao culto dos voduns, inkises ou orixás.

Temos aqui um marco legal que reafirma a conexão que KOINONIA defende. Estamos falando de identidades coletivas e não individuais.

Assim afirmamos que o Observatório Quilombola, abrigará todo o conteúdo do Dossiê Intolerância Religiosa, além de ampliarmos as informações no que tange as comunidades religiosas de matriz africana. Nossa proposta é construirmos um espaço dinâmico de informações sobre estes territórios negros. Nossa meta é estarmos com tudo no ar em dezembro de 2020.

Seguimos em compromisso com a superação do racismo e afirmando a história destas comunidades como uma de nossas estratégias para isso.

¹ GUALBERTO, Ana Emilia Martins, IDENTIDADES E DIREITOS - MULHERES LIDERANÇAS DOS QUILOMBOS DE BARROSO E JETIMANA, CAMAMU/ BA. SSA, 2018. Disponível no www.repositorio.ufba.br

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

³ SERRA, Ordep. (org) Laudo Antropológico - Exposição de motivos para o tombamento do conjunto monumental do KweVodunZô, OrdepSerrra, Serge Pechiné, Adelson de Brito, Bruno Andrade, Celso Cunha, Larissa Fontes, Caetano Portugal, Dofono-Hunxi Martins, Marivalter da Silva Junior. Salvador, BA, 2015.



Seu Antônio Correia dos Santos, presente!

#homenagem

Camila Chagas

A luta pelo direito à terra fez mais uma vítima! A comunidade quilombola Barroso, localizada no município de Camamu, Bahia, perdeu uma de suas lideranças, o Senhor Antonio Correia dos Santos, que na noite do dia 08 de maio de 2020 foi surpreendido em sua casa, por criminosos que ainda estão soltos, colocando em perigo toda a comunidade.

A luta do Senhor Antonio não era com armas! Ele acreditava na justiça e esperava a tutela do Estado na defesa dos direitos da Comunidade. De forma pacífica, buscou defender o território quilombola.

Foram idas e vindas à delegacia, para denunciar ameaças e ataques à comunidade. Outras tantas, ao Ministério Público, para denunciar os crimes ambientais que também estavam ocorrendo. Isso sem contar todas as vezes que foi ao Fórum diligenciar os processos judiciais. Na tentativa de resolver pacificamente o conflito, também houve reuniões com órgãos do executivo estadual.

Vale lembrar que desde 2014 a comunidade do Barroso resiste ao conflito com o Varjão. E desde então o quilombo tem sofrido ataques de pessoas que não reconhecem os direitos da comunidade, e querem se apropriar da terra quilombola.

Em 14 de julho de 2016 aconteceu uma reunião entre os moradores e lideranças da Comunidade Quilombola do Barroso e o território do Varjão, mediada pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, na qual estiveram presentes representantes da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, do Conselho Estadual Quilombola do Estado da Bahia – CEAQ/BA e o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Camamu-Ba. Deste encontro ficou firmado o compromisso da construção de uma casa de farinha no território do Varjão, o que não aconteceu, contribuindo para o aumento da espiral do conflito.

Ana Célia, liderança da comunidade quilombola e sua companheira de luta, fala sobre a memória do Sr. Antônio:

“Nasceu em 12/12/1947 no município de Maraú. Filho de agricultores, desde cedo aprendeu a lidar com a terra para ajudar seus pais e seus irmãos. Não frequentou escola, aprendeu a ler e escrever por curiosidade. Com 14 anos saiu para trabalhar em fazendas, onde enfrentou todo o tipo de sofrimento, humilhação e perigos. Foi onde aprendeu a sonhar e lutar pelos direitos do povo preto. Junto com alguns amigos, em 1970, ingres-

sou no sindicato, no qual sempre fez parte da diretoria. Gostava muito de ler, tinha 259 livros de vários assuntos. Gostava de ouvir e contar história. Era um grande defensor da agroecologia, apaixonado pela natureza. Seu sonho era fazer uma biblioteca comunitária, e seu sonho será realizado. Seu Antonio era trabalhador e honesto, dedicado às questões sociais. Com o intuito de buscar conhecimentos e políticas públicas pra o desenvolvimento do Quilombo do Barroso, em 2005 ajudou a fundar nossa associação.”

Tentaram calar a voz de um quilombo, mas quilombo é luta e resistência. O senhor Antônio Correia dos Santos era um homem forte e sábio. Sabia cuidar de sua gente, da natureza e da terra com a mesma força que a lavrava. Ele sempre buscou o melhor para a comunidade, e por defender a causa quilombola, foi assassinado.

Este crime deve ser elucidado e os criminosos presos. Não se trata simplesmente de um homicídio, estamos falando do assassinato brutal de um senhor que morreu defendendo uma causa coletiva.

Queremos a resposta do Estado!
Queremos Justiça!

Em parceria com as Comunidades Negras Tradicionais

Ana Gualberto

O trabalho de KOINONIA com as comunidades negras tradicionais, comunidades remanescentes de quilombo e terreiros de religião de matriz africana, tem sua base nas parcerias. Organizamos nossas ações a partir da organização local, seja ela um coletivo, associação, grupo religioso, grupo social ou cultural, ou outra forma de ação coletiva. Buscamos com nosso trabalho contribuir com o processo de consolidação da autonomia dos mesmos, mantendo a troca e construção conjunta como definidora de que caminhos percorreremos juntas.

No estado do Rio de Janeiro, acompanhamos as comunidades quilombolas por meio de diálogo com a ACQUILERJ e com as lideranças comunitárias, dialogamos também com o movimento inter-religioso com diversas iniciativas e espaços de diálogo. Na Bahia, atuamos em Salvador e região metropolitana junto a comunidades religiosas de matriz africana. Na região do baixo sul atuamos acompanhando comunidades quilombolas e comunidades negras rurais. Iniciamos em 2019, acompanhamento na região do Velho Chico em diálogo com o Conselho Estadual Quilombola da Bahia.

Para saber mais sobre nossas ações acesse o site de KOINONIA.

E-mails para contato: administracaoba@koinonia.org.br OU comunica@koinonia.org.br



Bahia



Rio de Janeiro

Acompanhe Koinonia nas redes sociais!

www.koinonia.org.br

f @koinoniapes **@** @koinonia_pes

@JuventudesDH **t** @koinoniapes

▶ KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



Editores:

Ana Gualberto e Rafael Soares de Oliveira

Redação:

Ana Gualberto, Rafael Soares de Oliveira, Camila Chagas, Sheyla Klicia Silva e Natália Blanco

Revisão:

Luciana Faustine

Projeto gráfico e diagramação:

Natália Blanco

Fotos:

Acervo Koinonia

Apoio



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço - ACT Aliança

- Rio de Janeiro: Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro / CEP: 22211-230

- Salvador: Rua da Força nº 39 - 5º andar, sala 505/ Salvador - BA/ CEP 40 060-340

- São Paulo: Rua do Carmo, 56 - sala 204 - Bairro Sé, São Paulo - SP/ CEP: 01019-020